

O QUE ESTRANHA O OLHAR DO ANALISTA DE DISCURSO? UM EXERCÍCIO DE RECONHECIMENTO DO FATO DISCURSIVO

¿QUÉ EXTRAÑA A LA MIRADA DEL ANALISTA DEL DISCURSO?
UN EJERCICIO DE RECONOCIMIENTO DEL HECHO DISCURSIVO

WHAT DOES THE DISCOURSE ANALYST'S LOOK FINDS IT STRANGE?
AN EXERCISE OF RECOGNIZING THE DISCURSIVE FACT

Diego Vieira Braga*

Universidade Católica de Pelotas

RESUMO: O artigo discute a prática do analista de discurso que trabalha na perspectiva de Michel Pêcheux, especialmente a abordagem do objeto de estudo. Inicialmente, focalizamos a natureza teórica do olhar do analista, com ênfase em princípios que orientam e conferem especificidade ao fazer analítico. Em seguida, discutimos o que entendemos por fatos discursivos e como as noções de falta, excesso e estranhamento propostas por Ernst (2009) auxiliam o analista a reconhecê-los. Sugerimos que essas noções são úteis para além da necessidade operacional de definição do *corpus* discursivo. Especificamente, a noção de estranhamento parece produtiva para que o pesquisador satisfaça requisitos teóricos da perspectiva pêcheuxtiana. Finalmente, realizamos um exercício de análise para explorar o valor heurístico das considerações precedentes.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de discurso. Fato discursivo. Estranhamento.

RESUMEN: El artículo discute la práctica del analista del discurso que trabaja en la perspectiva de Michel Pêcheux, especialmente el abordaje del objeto de estudio. Primeramente, focalizamos la naturaleza teórica de la mirada del analista, con énfasis en principios que guían y atribuyen especificidad al hacer analítico. A continuación, discutimos qué entendemos por hechos discursivos y cómo las nociones de falta, exceso y extrañamiento propuestas por Ernst (2009) colaboran para que el analista los reconozca. Sugerimos que estas nociones son valiosas más allá de la necesidad operacional de definición del *corpus* discursivo. Especificamente, la noción de extrañamiento parece productiva para que el investigador satisfaga requisitos teóricos de la

* Mestre em Letras pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e doutorando em Letras pela mesma instituição, com bolsa PROSUP/CAPES. Integrante do Laboratório de Estudos em Análise de Discurso, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UCPel. E-mail: diegho.braga@gmail.com.

perspectiva de Pêcheux. Finalmente, realizamos un ejercicio de análisis para explorar el valor heurístico de las consideraciones precedentes.

PALABRAS CLAVE: Análisis del discurso. Hecho discursivo. Extrañamiento.

ABSTRACT: The article discusses the practice of the discourse analyst who works on Michel Pêcheux's perspective, especially the approach of the object being studied. Initially, we focus on the theoretical nature of the analyst's look. The emphasis is on the principles that guide and give specificity to the analytical work. Next, we discuss what we understand about discursive facts and how the notions of lack, excess and strangeness proposed by Ernst (2009) help the analyst to recognize those facts. We suggest that the notions are useful besides the operational necessity to define the discursive *corpus*. Specifically, the notion of strangeness seems productive for the researcher to satisfy theoretical requirements of Pêcheux's perspective. Finally, we realize an exercise of analysis to explore the heuristic value of precedent considerations.

KEYWORDS: Discourse analysis. Discursive fact. Strangeness.

1 INTRODUÇÃO

A interrogação no título deste texto¹ não quer mesmo compromisso com apenas uma direção de sentidos. Nada mais apropriado. De uma questão, fazemos logo duas. A primeira, exploratória, indaga sobre o diferente, o inesperado, em certa perspectiva também o ausente e o demasiado; em uma palavra, o representativo, aquilo capaz de capturar a atenção do pesquisador que pratica a Análise de Discurso, na tradição de Michel Pêcheux, durante a abordagem do *corpus* empírico para o recorte² do *corpus* discursivo. A segunda, provocativa, alude a possíveis dúvidas sobre esse processo e seus resultados, a comentários como “o que há para estranhar?”, “o que há de estranho nisso?”, “o que isso tem de especial?”.

Consideramos essa segunda direção uma espécie de ônus resultante, talvez, das (im)pertinentes observações do analista diante de sentidos que, concebidos como verdades postas e indiscutíveis, conformam muitas relações em sociedade. Mas, afinal, em que podem consistir essas observações? E, antes disso, o que faz com que esse observador demonstre “[...] uma sensibilidade especial para olhar a linguagem e nela perceber o social” (ERNST; MUTTI, 2011, p. 818)? A presente reflexão não fará mais do que tecer algumas considerações a propósito dessas perguntas e também para aquela do título, em suas possíveis leituras.

Inicialmente, o foco será a natureza teórica dessa forma de olhar. Comentaremos alguns princípios que, em nosso entendimento, orientam e conferem especificidade ao fazer analítico desde seu início. Em seguida, apresentaremos o que se compreende, aqui, por fatos discursivos; discutiremos, então, como as noções de falta, excesso e estranhamento propostas por Ernst (2009) podem auxiliar o analista a reconhecê-los.

Nossa tentativa de contribuição consistirá em sugerir que a noção de estranhamento, particularmente, mostra-se valiosa para além de uma necessidade aparentemente operacional como a de definir o *corpus* discursivo da pesquisa. Ela parece produtiva para que o pesquisador satisfaça um compromisso teórico implicado nessa definição, qual seja, abordar o material empírico enquanto materialidade significante, problematizando, portanto, maneiras de ler. Finalmente, realizaremos um exercício de análise para explorar o valor heurístico de tais considerações.

¹ Quando já estabelecidas as linhas gerais de nosso argumento e estruturada a escrita do presente artigo em torno da pergunta-título, deparamo-nos com textos de Maingueneau (2015) e Possenti (2015) que também recorrem a uma interrogação para intitular reflexões sobre o que se produz e o que se pratica em análise de discurso. Não poderíamos deixar de registrar a convergência estilística e, em certa medida, temática, ressaltando que os referidos autores têm preocupação panorâmica com o que é pesquisado (e como se pesquisa) na área; cada qual a seu modo, mapeiam e discutem, sumariamente, diferentes perspectivas (considerando concepções, vínculos teóricos, procedimentos, interesses, finalidades), oferecendo um levantamento crítico de abordagens, seus pontos de aproximação e de impasse, suas contribuições e problemas. De nossa parte, trabalhamos a partir de uma perspectiva específica (relacionada fundamentalmente ao referencial de um autor, Michel Pêcheux), tendo preocupação estrita, relacionada ao trabalho do analista que conduz suas investigações a partir dessa perspectiva.

² Recortar, na perspectiva de Orlandi (1983, p. 14), é uma operação de estabelecimento de unidades discursivas. Estas são compreendidas como “[...] fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva”. A autora salienta ainda que a ideia de recorte não deve remeter à de informação, mas à de polissemia. Logo, o que se recorta e vem se constituir como *corpus* discursivo não tem uma finalidade comprobatória em termos de conteúdo informacional e sim de inscrição em redes de sentidos.

2 PREVENIR, MUNIR, PERTURBAR, PROVOCAR O OLHAR

O percurso intelectual de Michel Pêcheux resultou em marcos fundamentais à constituição de uma nova disciplina para os estudos da linguagem na França da segunda metade do século XX, a Análise de Discurso (doravante AD). Nessa trajetória, estabelecida em companhia de linguistas, historiadores, psicanalistas, entre outros, notamos o cuidado do autor em levantar não somente questões teóricas, já em si paradigmáticas, dado o distanciamento crítico do que então vigorava em termos de reflexões sobre língua e sentido. Pêcheux procurou também abrir vias de investigação para que esses questionamentos, mais do que validados, produzissem consequências efetivas no âmbito dos estudos linguísticos.

Na obra que talvez melhor condense essa preocupação, Pêcheux (1995) demonstra que uma problemática filosófica quanto ao sentido é intrínseca ao domínio linguístico. Paralelamente, reconhece a dificuldade de se perceber tal relação, índice da presença do não-sistêmico (o político, o ideológico) em tensão com o sistêmico, diante de concepções semânticas que se bastam pelo aceno à Lógica ou à Retórica, denegando as contradições históricas que atravessam a Linguística. A alternativa que apresenta é colocar em causa, por meio de uma perspectiva materialista, a transparência referencial do dizer e a própria coincidência subjetiva daquele que enuncia consigo mesmo, isto é, o sentido e o sujeito “evidentes” aí pressupostos. Ao mesmo tempo, quer oferecer meios teórico-analíticos de desfazer essas evidências, consideradas por ele “[...] de tal modo tenazes que são invisíveis ‘a olho nu’ - queremos dizer a olho não-prevenido, não-munido” (PÊCHEUX, 1995, p. 242).

Na citação, o autor se refere ao olhar do linguista e a certa ingenuidade que caracterizaria a compreensão deste diante dos impasses colocados pela questão semântica à autonomia da ciência linguística. No entanto, a advertência pêcheuxtiana não vale apenas para especialistas. Todos somos sujeitos de linguagem, interpelados ideologicamente, atravessados pelo inconsciente, significando práticas e dizeres em determinadas condições materiais pela identificação com saberes constituídos historicamente. As evidências são parte desse processo, e uma parte decisiva, pois o dissimulam, garantindo que se realize, seja quando das permanências ou das movências³ de sentidos. Esquecê-las, ou melhor, esquecer o processo envolvido em sua formação, afirma Pêcheux (1995), é requisito para que o sujeito possa dizer “sou eu”, “é isso”.

Retomando a citação anterior, diríamos, então, que a “invisibilidade” das evidências é inerente, mas não inabalável, intocável. Elas podem se tornar visíveis ao olhar-leitor provido de condições para reconhecê-las e problematizá-las, não para que o sujeito se liberte de supostas ilusões que o cegariam para uma verdade oculta, mas para torná-lo, por um lado, sensível às determinações que lhe conferem a segurança imaginária de si ao tomar a palavra e, por outro, crítico de uma univocidade em relação ao que diz. Quem sabe até apreciando o fato de que o diferente sempre é possível e que há sentido mesmo quando esse diferente aparenta ser apenas uma casualidade interferindo na boa ordem da língua; a metáfora, Pêcheux (2011a, p. 160) chega a escrever, pode aparecer “[...] como uma *perturbação* que pode tomar a forma do lapso, do ato falho, do efeito poético, do Witz ou do enigma” (grifo do autor). Na problematização do analista, tanto o evidente quanto o que perturba o olhar têm razão de ser.

Contudo, convém salientar que levar às consequências o alerta de Pêcheux sobre o olhar prevenido, munido, não significa, em nosso modo de entender, que a AD reivindique uma primazia entre as disciplinas que se ocupam das práticas de leitura ou mesmo que um analista de discurso consiga ver o que outros sujeitos não veem, sejam eles estudiosos da linguagem ou não. Não nos parece ser o caso de polemizar sobre qual disciplina/teoria/vertente delibera melhor sobre a questão da interpretação ou, menos ainda, se há ou não formas de reflexão melhores que outras, noções ou procedimentos mais “potentes” que outros. O que nos interessa é salientar, como faz o próprio Pêcheux (2009, p. 21) refletindo a respeito da prática da leitura e escrita políticas, a crítica a que está exposto um fazer analítico que ofereça uma “prótese teórico-técnica”, vindo suprir o que se crê faltar, *a priori*, à leitura “natural” (do olhar-leitor não-prevenido e não-munido?).

Vale pensar na agudeza dessas palavras para aquele mesmo que as escreveu, visto que o projeto inicial pêcheuxtiano, um instrumento informatizado para análise textual, mostrou-se tributário, por meio de alguns de seus procedimentos, da concepção

³ Ainda que o sentido varie via contraidentificação ou desidentificação com a formação discursiva (PÊCHEUX, 1995), o sujeito não prescinde, no discurso, de elementos que se estabeleçam como referência e sustentação para a produção de efeitos de sentido, do que dizer e do que não dizer, considerados com valor de evidência.

posteriormente criticada. A respeito dessa postura inicial, Orlandi (2014, p. 31) comenta que a mesma “[...] vai se deslocar para uma posição em que não se pensa uma *prótese* de leitura, mas, diríamos, uma *provocação* à leitura” (grifos da autora). Provocar a leitura, provocando o olhar-leitor, vale então acrescentar; um movimento, diríamos, esperado do analista em reconhecimento e, ao mesmo tempo, em certo desafio à “[...] eficácia material do imaginário” (PÊCHEUX, 1995, p. 125) e ao funcionamento da identificação ideológica na produção de sentidos sobre o que é dito, interpretado, enfim, sabido, de maneira evidente.

Neste momento, cabe uma observação: aproximar as remissões a Pêcheux, ora sobre a necessidade de se prevenir e munir o olhar, ora sobre o risco de uma intervenção complementar para uma pretensa leitura plena, não parece um gesto contraditório dado a aparente incompatibilidade das ideias sustentadas em cada uma? Não se considerarmos que ao articulá-las estamos denunciando, com o autor, os extremos do trabalho de leitura⁴: em um polo, indiferença, impedir-se⁵ “de pensar no sentido sob a textualidade” (PÊCHEUX, 2009, p. 22); no outro, impaciência, empenhar-se em “descobrir o que se esconde sem cessar no que se diz” (PÊCHEUX, 2009, p. 23). Se o papel do analista de discurso não é ensinar a ler, no sentido de capacitar o olhar dos sujeitos para uma interpretação, enfim, “natural” — pois tal naturalidade é já uma evidência ideológica derivada do próprio processo que os torna sujeitos — tampouco pretende corrigir esse olhar, reparando a interpretação no que ela teria de insuficiente ou desviante de uma direção “espontânea”, o que o faria retornar, por outro caminho, ao circuito de evidências produzido pela interpelação ideológica.

Em uma passagem já clássica, Pêcheux (2011b) destaca, com desconcertante sensatez, o que compete à AD enquanto disciplina interpretativa. Escreve o autor:

A análise de discurso não pretende se instituir em especialista da interpretação, dominando ‘o’ sentido dos textos, mas somente construir procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito do interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não-dito que aí emerge, como discurso outro, discurso de um outro ou discurso do Outro) (PÊCHEUX, 2011b, p. 291).

Assim, e para prosseguir com a metáfora do olhar, podemos escrever que a AD não perde de vista que um discurso é sempre atravessado por outros discursos encontrados nas sociedades e na história (PÊCHEUX, 1997), que lhe antecedem e constituem, sustentando “do exterior”, em formas teorizadas⁶ como as do pré-construído e do discurso-transverso, determinados efeitos de sentido. Compreendemos, aliás, que os referidos elementos teóricos, trabalhados por Pêcheux e os pesquisadores de seu grupo, consistem em exemplos contundentes de vias de investigação e, vale dizer, de demonstração da proficuidade dos questionamentos levantados em suas pesquisas sobre as relações entre o dito e o não-dito, entre o possível de dizer, porque já-dito, e o possível de dizer de outro jeito.

Portanto, na esteira desse legado, é desafio que se apresenta a qualquer analista de discurso, trabalhando na tradição pêcheuxtiana, compreender e explicitar como se dá o retorno/rearranjo do dizível interdiscursivo frente às incontáveis maneiras admitidas pela língua para sua atualização no instante da correspondente enunciação. A seguir, o foco será a compreensão dessas ocorrências caracterizadoras, para nós, de fatos discursivos.

⁴ Incluído aí o trabalho de leitura do analista, não apenas aquele configurado no dizer de que se ocupa. Para uma discussão da interpretação no nível do analista e no do próprio objeto de análise, ver Orlandi (2012, p. 169-171).

⁵ Pêcheux (2009) é enfático: tal impedimento resulta da posição de “se fazer de imbecil” daqueles assombrados pelo “fantasma da objetividade minuciosa”. O autor relembra um comentário alheio que ilustra tal posicionamento: “Análise do discurso? É esta disciplina que leva dez anos para estabelecer o que um leitor medianamente experiente compreende em dez minutos?” (PÊCHEUX, 2009, p. 22).

⁶ O pré-construído é um termo introduzido pelo linguista Paul Henry. Aqui, remetemos à reflexão de Pêcheux (1995), a partir da qual pode ser compreendido como índice de já-ditos, o que já produziu sentido “antes, em outro lugar, independentemente” (p. 162) e que vem constituir o discurso do sujeito na forma de um encaixe sintático de um saber, “como se esse elemento [de saber] já se encontrasse aí” (p. 99). Para o sujeito, esse saber corresponde a uma evidência sobre a realidade, ao que se sabe (o que se pensa saber) da realidade. Esse saber evidente pode assumir a forma de uma implicação, de uma “incidência ‘explicativa’” (p. 166), articulando pré-construídos para a sustentação do discurso. Esse funcionamento - correspondente, para o sujeito, a um “‘como todo mundo sabe’ [...] ‘como todo mundo pode ver’” (p. 171) - Pêcheux denomina discurso-transverso.

3 DO DADO AO FATO, JÁ UM MOVIMENTO DE ANÁLISE

Para começar a falar em fato discursivo é pertinente retomar Orlandi (2012a) no que delimita a respeito de concepções de dado e de fato perante uma perspectiva como a da AD. Se concebido convencionalmente como “elemento de verificação”, “objeto encontrado naturalmente na língua”, o dado, para o analista de discurso, “[...] não tem um valor operatório positivo, porque em análise de discurso não se trabalha com as evidências, mas com o processo de produção das evidências” (ORLANDI, 2012a, p. 43-44). Conforme visto, o evidente, o que aparenta transparecer, sustenta-se, paradoxalmente, em toda uma opacidade, para usar um termo caro à AD, como bem atesta a citação anterior de Pêcheux. Dizemos “opaco”, nessa perspectiva, para remeter à linguagem em sua materialidade, “[...] sua espessura linguística-histórica, sua discursividade” (ORLANDI, 2006, p. 26), aspecto que, epistemologicamente, sugere a relativização dos sentidos e da própria língua enquanto objeto autônomo. Tal compreensão evita, por exemplo, que um texto (verbal ou não-verbal) seja considerado reflexo e fonte de acesso imediato à relação pensamento, linguagem e mundo.

Além disso, explica a autora, um deslocamento assim na maneira de considerar a noção de dado permite ao analista de discurso “[...] trabalhar o processo de produção de linguagem e não apenas seus produtos” (2012a, p. 36). É o que torna possível uma observação diferenciada, não isolada, da estrutura linguística, em vista da historicidade que nela se inscreve para a produção de efeitos de sentidos. Para o analista consta, por conseguinte, que “[...] observar os fatos de linguagem vem a ser considerá-los em sua historicidade, enquanto eles representam um lugar de entrada na memória da linguagem, sua sistematicidade, seu modo de funcionamento” (ORLANDI, 2012a, p. 58). Mais do que uma distinção terminológica, para essa autora falar em fato e não em dado é realçar aquilo que “se produz como um objeto da ordem do discurso (linguístico-histórico)” (p. 58). Se há dados com que o analista trabalhe, pontua ainda a autora, estes são em si os discursos. E como bem consagraram os escritos da AD, o discurso se manifesta na língua, ela é sua materialidade (por excelência, podemos dizer), assim como ele é a materialidade da ideologia.

O que se torna problemático é que tal manifestação não se dá a ver objetivamente senão por meio de um gesto teórico do analista. Isso significa que os fatos de discurso implicam, inevitavelmente, uma construção, por consistirem, conforme explicado, em fatos de linguagem considerados em sua historicidade e essa relação, do linguístico com o histórico, não ser transparente. Lembremos: o fato se produz, conforme frisa Orlandi (2012a), e o analista constrói procedimentos, conforme orienta Pêcheux (2011b), de modo a expor o olhar-leitor à opacidade que se faz presente, a despeito de qualquer intencionalidade. Expor o olhar-leitor àqueles níveis não-transparentes a esse olhar nos quais se abrigam as marcas da historicidade, os traços do funcionamento da ideologia e do inconsciente na constituição de sujeitos e sentidos. Concerne, pois, a uma construção que exponha o olhar-leitor ao fato de linguagem enquanto objeto produzido “[...] nesse lugar particular em que se encontram a ordem da língua e a ordem da história” (ORLANDI, 2012a, p. 58). Ocorre que ser resultado de uma construção não quer dizer que o fato discursivo é criado, inventado, e sim que ele se dá a ver mediante certo enfoque, um olhar produzido a partir desse outro lugar.

Se, por um lado, demanda-se tal ajuste de foco justamente para que essa forma de olhar, a do analista, consiga dar a devida atenção tanto à tenacidade das evidências quanto aos níveis opacificantes de sentido conforme os alertas recobrados de Pêcheux, por outro, consideramos que o alcance desse olhar pode variar. Especificidades de formulação e circulação da materialidade significante investigada, objetivos definidos pelo pesquisador, relações possíveis com o que já foi produzido de conhecimento sobre o tema são alguns elementos que, conforme acreditamos, condicionam até onde o olhar do analista deve chegar em termos de exaustividade vertical⁷ (ORLANDI, 1989) de análise. Nosso interesse, aqui, limita-se aos movimentos analíticos preliminares, aqueles primeiros olhares e passos do analista durante a “varredura” do material empírico reunido em busca de fatos em potencial que, ao serem “testados”, “desafiados”, “estranhados” em relação à exterioridade constitutiva, emergirão para formar a versão discursiva do *corpus*, a ser analisado em profundidade.

⁷ O analista visa à exaustividade vertical, aquela que “[...] leva a conseqüências teóricas relevantes e não trata os dados [discursos] como meras ilustrações” (ORLANDI, 1989, p. 32). É dita vertical, em profundidade, em oposição a uma exaustividade horizontal, referente a uma análise que visa à extensão, ao trabalho com o maior número de marcas linguísticas e dados, como se tal abordagem conduzisse, *ipso facto*, a uma melhor compreensão do processo discursivo, o que não é o caso, conforme compreende Orlandi.

Conforme explicam Ernst e Mutti (2011, p. 819), a consideração determinante é que “o tipo de análise que condiz com a análise de discurso mostre a relação entre as marcas linguísticas, indicadas no intradiscurso pelo analista, e os sentidos interdiscursivos que são imateriais, da ordem da memória”. Torna-se fundamental, portanto, desde uma abordagem inicial, gestos condizentes com o encaminhamento da discussão nesse outro nível, nessa outra ordem em que o linguístico e o histórico se tramam para a produção dos sentidos. Encaminhar é, para nós, fazer trabalhar teoricamente vestígios, possíveis pontos de irrupção do exterior constitutivo na linearidade do dizer por meio do deslocamento na maneira de olhar o objeto simbólico, permitindo que os fatos discursivos se deem a ver enquanto tais. Julgamos ser um movimento notadamente retroativo, deflagrando o que Pêcheux e Fuchs (2010) denominaram de *superficialização*⁸ e o que, nos termos de Orlandi (2012a), pode ser concebido como a passagem das formas abstrata e empírica para considerar a forma material⁹.

Cabe assinalar que, assim como se pode afirmar que nem todos os elementos disponibilizados pela teoria precisarão ser mobilizados pelo pesquisador para que a análise se efetive, também é possível dizer que nem todos os elementos do *corpus* empírico constituirão fatos discursivos sobre os quais seu trabalho de interpretação então se concentrará. O importante é que o olhar do analista consiga reconhecer fatos consequentes à discussão que propõe. E, embora isso ocorra por meio do trabalho de um olhar-leitor também sujeito à incompletude, logo, jamais definitivo, pressupõe-se que aquele que o pratica esteja sempre atento, mostre-se cuidadoso, porque devidamente sensível à presença, ainda que sutil, da ideologia funcionando na e pela língua para a constituição de sujeitos e sentidos.

Longe de ser pensada como algo intuitivo, acreditamos que tal sensibilidade, já evocada no início de nossa reflexão por meio da retomada de Ernst e Mutti (2011), está, de fato, sempre em desenvolvimento e não nos parece excluir a possibilidade de sistematizações, desde que viabilizem seu exercício sem, em contrapartida, limitá-la. Consideramos um exemplo de tentativa bem-sucedida de sistematização teórica aquela proposta por Ernst (2009) na forma das noções de falta, excesso e estranhamento, as quais discutiremos a seguir.

4 O QUE FALTA, O QUE EXCEDE E O QUE... ESTRANHA

Seja para o pesquisador que realiza suas primeiras incursões na área de AD¹⁰, seja para aquele que nela já se aventura há algum tempo, revela-se uma constante a preocupação com decisões relacionadas à abordagem do objeto de estudo, o discurso, e suas materializações. Por tudo exposto até o momento e pensando, particularmente, nos esforços do analista para realizar uma discussão, ao mesmo tempo, coerente com os propósitos da teoria e atenta às especificidades de cada prática de análise, é compreensível que não pareça apropriado falar em uma “técnica” de análise, sob o risco de se supor uma intercambialidade entre procedimentos construídos, à revelia de questões matizadas na pesquisa em função, por exemplo, das condições de produção do discurso e das formas de sua textualização.

Contudo, dado o trabalho exploratório com que todo analista se vê envolvido, especialmente nas primeiras vezes em que se lança ao encontro de fatos discursivos em potencial (e de encontro às evidências tenazes) presentes no material empírico reunido, pode-se dispor de referências gerais para que esses dados comecem a ser interrogados no sentido do encaminhamento necessário à discussão no âmbito discursivo. O estudo de Ernst (2009) configura produtivas indicações a respeito, realizadas a partir da observação de regularidades em procedimentos analíticos adotados por estudiosos da AD ou próximos a essa área. Trata-se de proposta de sistematização, teórica, não exaustiva, por meio de três noções-chave que se apresentam como instigantes “pontos de partida”: a falta, o excesso e o estranhamento.

⁸ Para Pêcheux e Fuchs (2010, p. 177), processo que consiste na “[...] transformação da superfície linguística de um discurso concreto, em um objeto teórico” com o objetivo de “[...] anular a ilusão de realidade que se produz na falsa correspondência entre palavras e pensamentos em relação ao mundo exterior”.

⁹ Conforme se pode compreender a partir da distinção de Orlandi (2012a), a forma abstrata corresponde à forma linguística vista em si mesma. Já a forma empírica corresponde à forma linguística no efeito da evidência do dizer, relacionado ao trabalho da ideologia e do imaginário. A forma material considera o linguístico e o histórico integradamente, a materialidade em “sua opacidade e seus equívocos” (ORLANDI, 2012a, p. 31).

¹⁰ Constituinte-se enquanto sujeito-pesquisador em formação, conforme teorizam Ernst e Mutti (2011).

Um diferencial dessa reflexão, segundo nos parece, é a preocupação demonstrada pela autora com a consistência da análise desde os primeiros movimentos operacionais requeridos do pesquisador para a delimitação do *corpus* discursivo. Há, conforme explica, um “processo de afinamento ou regulagem metodológica” (ERNST, 2009, p. 2), de suma importância tendo em vista que

[...] o que vai determinar o sucesso da análise é a compatibilidade entre a mobilização dos princípios teóricos definidos para o entendimento do objeto de estudo, intrinsecamente ligados à subjetividade e à historicidade, e o reconhecimento de aspectos linguístico-enunciativos constituintes do corpus em estudo a elas relacionados. (ERNST, 2009, p. 2)

As noções podem ser pensadas como subsídios, fornecendo possíveis “entradas” para o olhar do analista, seja na dimensão do intradiscurso (materialidade discursiva), seja na do interdiscurso (memória discursiva), como bem destaca a autora (ERNST, 2009, p. 4). Ernst lembra ainda que a leitura do analista se caracteriza por um processo de desautomatização e que atentar para o que é dito demais (excesso), o que é dito de menos (falta) e o que parece não caber ser dito (estranhamento) num dado discurso, “[...] constitui-se numa via possível, mesmo que preliminar e genérica, de identificação de elementos a partir dos quais poderão se desenvolver os procedimentos de análise do corpus” (ERNST, 2009, p. 5). Embora possam remeter a uma ideia de categorização (a própria autora é que ressalva), as noções não instituem uma formalização estrita nem pretendem prescrever o gesto do analista, menos ainda imobilizá-lo. Diríamos que funcionam como impulsos, desencadeando o batimento entre descrição e interpretação apontado por Pêcheux (1997) e que caracteriza o fazer analítico em AD.

Conforme especificado pela autora, a falta pode consistir

1) na omissão de palavras, expressões e/ou orações, consentida inclusive pela gramática, que podem (ou não) ser resgatadas pelo sujeito-interlocutor; 2) na omissão de elementos interdiscursivos que são esperados, mas não ocorrem e podem (ou não) ser percebidos pelo sujeito-interlocutor. No primeiro caso, ela se constitui num lugar em que são criadas zonas de obscuridade e incompletude na cadeia significante com fins ideológicos determinados; no segundo, cria um vazio que visa, na maioria das vezes, encobrir pressupostos ideológicos ameaçadores. (ERNST, 2009, p. 4)

Já o excesso é um expediente caracterizado, por exemplo

1) no uso de incisivas, considerado na gramática como um acréscimo contingente (cf. Haroche, 1992), de intensificadores ou na repetição de palavras ou expressões e orações. Tais usos, na perspectiva aqui adotada, constituem-se em “acrécimo necessário” ao sujeito que visa garantir a estabilização de determinados efeitos de sentido em vista da iminência (e perigo) de outros a esses se sobreporem; 2) na reiteração incessante de determinados saberes interdiscursivos que tomam formas diferentes no intradiscurso, mas mantêm os mesmos pressupostos ideológicos com vistas ao estabelecimento. Em suma, trata-se, nos dois casos, de buscar estabelecer provavelmente a relevância de saberes de uma determinada formação discursiva através da repetição (ERNST, 2009, p. 4).

Por fim, o estranhamento pode se apresentar na forma de

[...] conflito entre formações discursivas e consiste na apresentação de elementos intradiscurso – palavras, expressões e/ou orações – e interdiscursivos, da ordem do ex-cêntrico, isto é, daquilo que se situa fora do que está sendo dito, mas que incide na cadeia significante, marcando uma desordem no enunciado. Aqui se dá o efeito de pré-construído através do qual ‘um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado antes, em outro lugar, independentemente’, rompendo (ou não) a estrutura linear do enunciado. Possui como características a imprevisibilidade, a inadequação e o distanciamento daquilo que é esperado (ERNST, 2009, p. 5).

As marcas, inclusive a ausência delas, elencadas pela autora como correspondentes à falta, ao excesso ou ao estranhamento possuem, segundo a mesma, suas respectivas interpretações gramaticais convencionais, algumas sendo explicadas como

modalizações pertencentes aos domínios da estilística. Mas, observadas discursivamente, como é o caso no estudo de Ernst, consistem, conforme acreditamos, em índices da falha constitutiva do discurso, aquela contradição que não deriva da intencionalidade ou de um acaso - lembremos dos níveis opacos à ação estratégica do sujeito, conforme apontou Pêcheux em citação anterior -, mas dos processos de determinação histórica dos sentidos, de divisão e heterogeneidade das formações discursivas e de identificação/subjetivação dos indivíduos.

São pontos em que a evidência persevera e, ao mesmo tempo, vacila; índices, portanto, de fatos de linguagem que demandam ser considerados em sua historicidade, o que torna a sistematização de Ernst em torno do faltar, do exceder e do estranhar um valioso artifício de reconhecimento e interrogação preliminar de fatos discursivos. Para além do auxílio em uma necessidade aparentemente operacional como a de definir o *corpus* discursivo da pesquisa, julgamos que as noções ernstianas, particularmente a de estranhamento, mostram-se produtivas para que o pesquisador satisfaça o que a reflexão em AD parece requerer a respeito do tratamento teórico dispensado aos rituais ideológicos do/no dizer e à falha que aí irrompe e que acaba por denunciá-los e, às vezes, interrompê-los, ao menos por um instante.

Em termos teóricos, a abordagem inicial impõe fazer trabalhar o material empírico enquanto materialidade significativa, o que, por sua vez, implica um compromisso: problematizar maneiras de ler. Conforme afirma Pêcheux (2011b, p. 294), é questão crucial para o analista “construir interpretações sem jamais neutralizá-las nem no ‘não-importa-o-que’ de um discurso sobre o discurso, nem em um espaço lógico estabilizado com pretensão universal”. Desse modo, o olhar do analista se volta para a opacidade, para o que está posto, mas de forma indistinta, diluído na aparente homogeneidade e estabilidade de um conteúdo ao qual bastaria uma leitura literal, como se não fosse necessário pensar politicamente a questão da interpretação ou mesmo como se não houvesse algo a pensar nesse sentido (recordemos as dúvidas levantadas no início em torno de comentários como “o que há para estranhar?”).

Pensar politicamente a questão da interpretação a partir da teoria é reconhecer que a produção de diferentes efeitos de sentido é sempre dirigida, isto é, por ocorrer sob certas condições sociais e históricas, acaba materialmente determinada. A AD fundamenta a possibilidade de se promover essa problematização e as noções aqui destacadas parecem contribuir para que o analista esboce uma primeira formalização dela em seu estudo. Pensando no estranhamento como princípio geral do olhar comprometido com essa problematização, podemos escrever que aquilo que é dito demais, estranha; aquilo que é dito de menos, estranha; e aquilo que não parece caber ser dito, estranha duplamente. Estranha-se, portanto, momentos de incidência/agitação de saberes ideológicos e suas implicações para o trabalho de leitura, como a tomada de uma e não outra direção interpretativa, por exemplo. A seguir, tentaremos materializar essas considerações em uma breve prática de análise.

5 O OLHAR DO ANALISTA EM EXERCÍCIO

Apresentamos recorte de estudo feito a partir da visibilidade adquirida pelo Exame Nacional do Ensino Médio em tempos de mídias sociais. Consideramos o interesse atual em elementos e situações que, em nosso entendimento, “orbitam” a realização da prova, estão implicados nela, efetivam-se em decorrência dela, e que, ao serem explorados midiaticamente, conferem ao ENEM uma faceta de espetacularidade. Especificamente, investigamos o discurso sobre os “atrasados do ENEM”, como ficaram conhecidos nas mídias candidatos que chegaram aos locais de prova ou muito próximo ou mesmo depois do horário limite estabelecido pelos organizadores. Caso que julgamos exemplar desse outro apelo em torno do exame, quando o foco se volta para o entretenimento, naquilo que a situação de atraso apresentaria de trágico e, especialmente, de cômico.

Esse interesse particular gerado pela situação se reflete, por exemplo, na já tradicional aglomeração de jornalistas e curiosos em frente às entradas de locais de prova, em busca do registro imediato e mais impactante da ocorrência do atraso e das reações suscitadas nos candidatos, desde perplexidade e tristeza até indignação e desespero. Para quem observa (consome?) tais imagens, pela TV, mídias digitais ou mesmo *in loco*, a situação costuma ser motivo de divertimento, gozação e crítica depreciativa. Não basta, então, relatar o atraso; é preciso registrá-lo e reproduzi-lo em imagens e, então, editá-las, compartilhá-las, consumi-las, vale dizer, “digeri-las”, interpretá-las. Entre as principais plataformas para divulgar, repercutir e comentar o atraso dos candidatos estão sites de rede social como Twitter⁶ e Facebook⁶.

No estudo, optamos pelo trabalho com comentários de postagens disponíveis em uma página do Facebook* intitulada “Atrasados do ENEM”. O objetivo foi desenvolver uma análise¹¹ discursiva sobre maneiras pelas quais usuários que curtem a página se subjetivam em relação a usos do tempo cronológico ao comentarem postagens (fotomontagens, vídeos, charges etc.) sobre ocorrências de atraso para o exame. De modo preliminar, nosso propósito foi rastrear vestígios de inscrições em redes de sentidos e funcionamento de saberes sobre formas de se lidar com horários, prazos, compromissos, considerando possíveis conexões da interpretação do atraso de candidatos com a própria maneira como, no discurso, o sujeito que comenta se significa em relação a situações semelhantes e de gestão do tempo, em geral.

O fato discursivo que gostaríamos de destacar, por meio do qual pensamos exemplificar a reflexão sobre o olhar do analista, produz-se a partir do seguinte comentário¹²:

Amigos, é claro que *como cristã e brasileira* concordo que deveria-se tolerar alguns minutos. Porém, o ENEM não é somente uma prova mas sim uma competição. Vendo que, o ponto no título da redação decidirá o futuro de muita gente, naturalmente que a tolerância acaba [grifos nossos].

O que estranha nosso olhar neste comentário, integrando-o ao *corpus* discursivo, é a presença de elementos que, interrogados à luz das noções ernstianas, permite-nos reconhecer a ocorrência de um fato consequente à discussão proposta. Como explicado, buscávamos estudar modos de o sujeito que comenta constituir discursivamente uma identidade¹³ em relação à administração do tempo cronológico, sendo que pressupúnhamos que tal processo sofria efeitos da identificação com saberes histórico-ideológicos durante o trabalho de interpretação da prática concreta do atraso. Com base na sistematização de Ernst (2009), é dado o devido encaminhamento discursivo a esse dizer ao se considerar o excesso e o estranhamento.

Compreendemos que o excesso se manifesta pelo acréscimo enunciativo na forma da construção apositiva “como cristã e brasileira”. Do ponto de vista sintático, sua presença, embora não marcada entre vírgulas, indica uma explicação circunstancial acerca de um sujeito em modalidade pronominal (“eu”), elíptico, mas assinalável via desinência (“concordo”). Se circunscrevêssemos a análise semântica a um âmbito estritamente linguístico, a relação estabelecida por essa construção com os demais termos poderia ser considerada acessória para a produção de um sentido de concordância do enunciador com a consideração de alguns minutos de tolerância para aqueles candidatos que se atrasassem. Admitir-se-ia, inclusive, uma eventual supressão da construção apositiva, sem grandes prejuízos para tal interpretação.

Entretanto, deslocando o olhar para um âmbito discursivo para pensar o que ocorre no nível sintático, estranhamos o acréscimo em razão da conexão estabelecida com a oração anterior (“é claro”) e a posterior (“que concordo”): por que glosar a transigência com o atraso se esse efeito de sentido, de um lado, já surge marcado na linearidade do dizer como uma obviedade e, de outro, está condenado, enunciativamente, à contestação, dada a “virada” na direção argumentativa provocada pelo operador contrajuntivo (“Porém...”) ? Presumimos, então, com base no que está previsto na teorização de Ernst (2009), que essa circunstância, esse acréscimo, não é contingente, mas necessário, contribuindo decisivamente para a “estabilização de determinados efeitos de sentido” (ERNST, 2009, p. 4).

Pensando nas condições de produção e circulação do discurso, particularmente no aspecto de que a página “Atrasados do ENEM” consiste em um espaço que dá vazão, sobretudo, à reprodução de um discurso derrisório, não raro agressivo e condenatório, em torno do atraso, uma interpretação que alegue alguma tolerância diante dessa situação se mostraria, no mínimo, polêmica ou, se

¹¹ Dado que, ao longo do ano, são apresentadas também postagens em torno de outras etapas do processo iniciado com o exame (divulgação das notas, período de inscrições do Sistema de Seleção Unificada, etc.), as quais não envolvem, diretamente, discussões sobre o atraso como ocorrem a partir do período de realização do mesmo, optamos por tomar como corpus empírico apenas comentários de posts publicados entre os dias 23 e 30 de outubro de 2015. Esse período incluiu a véspera do primeiro dia de provas e alguns dias após o segundo, em que os administradores da página ainda publicavam material sobre casos de atraso registrados naquela edição.

¹² Transcrevemos o comentário na íntegra, conservando a grafia do autor. Retiramos apenas o nome que antecede o comentário, conforme é apresentado no site, a fim de anonimizar o autor.

¹³ Compreendemos identidade, em uma perspectiva como a da AD, tal como formulado por Zoppi-Fontana (2003, p. 263), ou seja, como “feixe instável de processos de identificação”, um efeito desses processos.

preferirmos, estranha. A modalização vista em “como cristã e brasileira” pode evitar que o sentido deslize para um efeito de “condescendência incondicional” para com o atraso, o que sugeriria que esse sujeito, em seu discurso, assume uma posição ideologicamente divergente, quiçá antagônica, em relação àquela tomada por outros sujeitos que aí comentam. Na verdade, a construção em análise condiciona — vale dizer, justifica — a concordância em se conceder minutos de tolerância aos atrasados a dois fatores: ser cristão e ser brasileiro. E, aqui, excesso e estranhamento também se combinam.

Falamos em modalização para frisar a importância de pôr em causa os níveis opacos a que se referia Pêcheux (2011b), aquilo que o sujeito, em sua ação estratégica de enunciador, ignora, não deliberadamente, mas inconscientemente. No rastro esquecido de um processo que o coloca em posição descentrada em relação ao discurso, ainda que assim não pareça, graças às (tenazes) evidências imaginárias, sustenta-se a formulação modal e seu encadeamento. A incidência interdiscursiva nesse dizer ocorre por meio de discursos-transversos que fazem soar o que, na memória discursiva, já se encontra naturalizado a propósito de “ser brasileiro” e “ser cristão”. A partir da articulação do que se sabe - na evidência do “como todo mundo sabe” (PÊCHEUX, 1995, p. 171) - antecipada e independentemente sobre ambos, não só é sustentada uma direção de sentidos (tolerância) como também é garantida a “coerência” intradiscursiva do enunciado e, ainda, definida (estabilizada) uma identidade para o sujeito enunciador, efeito do processo de identificação.

Elementos tomados como conhecimentos postos pela repetição em condições sócio-históricas diversas vêm preencher e estabilizar o que, sintagmaticamente, possui estatuto variável (“como ‘y’” ou “na qualidade de ‘y’”, “sendo ‘y’” ou, ainda, “devido a ser ‘y’”). Expressemos tal relação na seguinte forma: se “y”, então “z” (com “z” = há tolerância frente a situação de atraso). Na “relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados” (PÊCHEUX, 2011b, p. 291), cristãos e brasileiros aparecem como referentes imaginários possíveis de ocupar o lugar de “y”. Mas, apesar de discursivamente equivalentes para dada interpretação sobre a relação com o tempo cronológico e situações como a do exame, envolvendo o cumprimento de horários e prazos, não são termos homólogos quanto à historicidade que neles se inscreve para a produção de tal gesto interpretativo.

Apontamos, então, mais um possível estranhamento no nível da dimensão interdiscursiva, além daquele já previsto por Ernst (2009) em relação à manifestação de pré-construídos. Entendemos que não é o caso de um “conflito entre formações discursivas” (ERNST, 2009, p. 5), pois, mesmo com a filiação a saberes de ordens distintas, uma religiosa e outra cultural, existe, como visto, certa correspondência quanto ao efeito de sentido produzido. O que estranha são os efeitos de memória que sustentam esse sentido, esses, sim, distintos, uma vez que os já-ditos retomados fazem considerar que não se tolera uma situação como o atraso da mesma maneira ou pelas mesmas razões (saberes) quando se é cristão e quando se é brasileiro.

No primeiro caso, estão associados historicamente sentidos de misericórdia, piedade; seria “próprio” do sujeito-cristão se compadecer, o que, em uma situação como o atraso, significaria conceder alguns minutos de tolerância. No segundo, a associação tende a ser com sentidos que podem ir da cordialidade ao “jeitinho”; o que seria característico do sujeito-brasileiro é a própria impontualidade assim como o costume de tratá-la com indulgência. Em um, deve-se tolerar o atraso por compaixão; em outro, por hábito. Em suma, diríamos que são historicidades estranhas entre si, mas convergentes na produção de um mesmo efeito de sentido. Cada uma a sua maneira, dão testemunho, na materialidade do discurso, de processos ideológicos que suportam gestos de interpretação e construção de identidades em relação a usos do tempo.

Sem medo de incorrerem em tautologia, julgamos que estranhamentos assim precisam ser estranhados. Ainda mais se considerarmos quantas outras “evidências” culturais e religiosas como essas estão, hoje, sustentando interpretações radicalizadas para situações da vida social tão controversas quanto o atraso. O significar cotidiano necessita, pois, de olhares que problematizem, que provoquem o que se insinua no dizer como se estivesse estado sempre lá.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de conferir um efeito-fecho a esta reflexão, voltamos ao seu efeito-início, à ambígua questão “o que estranha o olhar do analista de discurso”? Pondo em suspenso a polissemia, talvez possamos dizer que o analista estranha exatamente certa

normalidade, certo estado de conformação em torno de alguns sentidos tidos como insuspeitos em sua espontaneidade. É para as formas dessa existência, na verdade, normalizada historicamente, que o analista olha.

Vimos que não é um olhar fortuito. Nem definitivo ou generalizante. É um modo de refletir e trabalhar com a linguagem que possui especificidades e que não prescinde de pontos de orientação e sustentação. As noções discutidas auxiliam o analista a exercê-lo, não pela prescrição do que fazer, mas pela consideração de possibilidades de abordagem, de maneira que, desde um momento inicial da análise, como a formação do *corpus* discursivo, o trabalho seja conduzido em consonância com princípios e compromissos previstos na teoria da AD -são, portanto, elementos para que o analista possa encetar seu percurso de leitura peculiar, provocador e, por isso mesmo, necessário.

REFERÊNCIAS

ERNST, A. G. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do *corpus* discursivo. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 4., 2009, Porto Alegre, RS. *Anais do IV SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____; MUTTI, R. M. V. O analista de discurso em formação: apontamentos à prática analítica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 817-833, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/18486/14344>>. Acesso em: 25 maio 2016.

MAINGUENEAU, D. O que pesquisam os analistas do discurso? *Revista da ABRALIN*, Curitiba, v. 14, n. 2, p. 31-40, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/42547/25810>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento*. As formas do discurso. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. O saber discursivo e a sociedade. In: ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E.; TARALLO, F. *Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo*. São Paulo: Cortez, 1989. p.26-48.

_____. Análise de discurso. In: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Org.). *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. Campinas, SP: Pontes, 2006. p. 11-31.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012a.

_____. *Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012b.

_____. *Ciência da linguagem e política: anotações ao pé das Letras*. Campinas, SP: Pontes, 2014.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi et al. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

_____. O estranho espelho da análise de discurso. Prefácio à COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Tradução de Cristina de Campos Velho Birck et al. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009. p. 21-26.

_____. Metáfora e interdiscurso. Tradução de Eni P. Orlandi. In: _____. *Análise de discurso: Michel Pêcheux*. Textos selecionados por Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2011a. p. 151-161.

PÊCHEUX, M. Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso. Tradução de Eni P. Orlandi. In: _____. *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2011b. p. 283-294.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani et al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010. p. 159-249.

POSSENTI, S. O que os analistas de discurso pesquisam? *Revista da ABRALIN*, Curitiba, v. 14, n. 2, p. 41-49, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/42548/25811>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

ZOPPI-FONTANA, M. Identidades (in)formais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. *Organon*, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 245-282, jul./dez. 2003. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/organon/article/download/30027/18623>. Acesso em: 16 jul. 2016.

Recebido em 20/10/2016. Aceito em 17/11/2016.